



ATA Nº.2/2014
REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2014

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor António José Lopes Anselmo.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro -----

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 21 de Janeiro de 2014 que acusa um total de disponibilidades de 1.035.613,68 €.-----

-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

Usou da palavra o **Senhor vereador Joaquim Serra**, que reportando-se ao que ouvira numa entrevista dada pelo Senhor Presidente da Câmara de Estremoz, acerca de um Plano intermunicipal de Prevenção de Fogos Florestais, aprovado pelos municípios de Alandroal, Vila Viçosa, Redondo e Estremoz, pretendeu saber porque é que o concelho de Borba, não está incluído nesse Plano. -----



Tratando-se de um Plano Intermunicipal, não faz sentido que uma parte do território não esteja incluída. -----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco, disse ter também essa questão a colocar ao senhor Presidente, informando, que a reunião desse Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, se realizou no passado dia 16 de Janeiro em Vila Viçosa.-----

O Senhor Presidente informou que não foi convidado para estar presente na reunião. Contudo, irá tentar saber porque é que o concelho de Borba, estando no meio daqueles concelhos, não foi incluído no Plano.-----

Neste contexto, elogiou o trabalho e dedicação da equipa de sapadores florestais do concelho de Borba, sendo a instabilidade profissional destas pessoas, uma questão que o preocupa. -----

O Senhor vereador Joaquim Serra disse que de facto a equipa de sapadores está bem constituída, funciona bem e está bem coordenada. No entanto, também está preocupado com a situação destes profissionais, pois estão contratados a termo certo, por um período excecional de 5 anos e terminarão o respetivo contrato dentro do próximo ano. Questionou, se em termos legais, existe a possibilidade de uma renovação contratual ou da existência por parte das entidades responsáveis, de legislação que permita que os sapadores florestais possam integrar o mapa de pessoal das autarquias. -----

O Senhor Presidente informou que mostrou a sua preocupação sobre este assunto, junto da Direção Geral de Florestas. Apesar de estarem criadas as condições para a “figura de sapadores florestais”, o problema estaria em conseguir manter a mesma equipa de pessoas. -----

Informaram-no de que iriam ver a situação e que o informariam posteriormente.-----



-----PONTO 2. ORDEM DO DIA-----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

Ponto 2. Ordem do Dia-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº.25/2013-----

Ponto 2.2 – Proposta de Aprovação de Acordos de Execução para Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia-----

Ponto 2.3 – Ação Social Escolar (Ano Letivo 2013/2014) – Adenda-----

Ponto 2.4 – Atividades de Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº.25/2013-----

Previamente distribuída por todo o executivo, foi presente a Ata nº.25/2013 que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2.2 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou na sua sessão de 30/12/2013 autorizar a celebração de contratos e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Previamente distribuídos pelo executivo estão presentes os Acordos de Execução para delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, de Matriz, S. Bartolomeu, Orada e Rio de Moinhos (ficando cópia dos mesmos arquivada em pasta anexa como documento nº.1).-----

Na sequência da informação apresentada pelo Chefe de Divisão, o Senhor Presidente apresentou os referidos Acordos de Execução.-----



Antes de colocar a proposta à votação o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor **Vereador Jerónimo Cavaco**, que apontou algumas situações:-----

1ª - Tem que ver com a documentação que seguiu juntamente com os Acordos, nomeadamente com a minuta da ata da Câmara Municipal que foi aprovada.-----

Relembrou que não foi aprovada nenhuma delegação de competências da Assembleia Municipal na Câmara Municipal. O documento que vem da Assembleia Municipal está correto porque foi discutida a alteração do teor do ponto na Ordem de Trabalhos, mas a minuta da deliberação de Câmara continua a estar errada.-----

2ª – No ponto prévio, que acompanhava a documentação, enviado pelo Chefe de Divisão, dizia “*os autarcas eleitos nas freguesias, dado a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações*”. Disse concordar plenamente com esta afirmação, mas acredita que se deve passar das palavras aos atos, disse ter tido conhecimento que estes Acordos não foram discutidos, pelo menos com o executivo da Junta de Orada, ou seja, dizer uma coisa e fazer outra não faz qualquer sentido. -----

Acrescentou ainda, que se são os Presidentes de Junta que efetivamente são os agentes, se são eles que têm capacidades para entender e identificar as necessidades das populações, faria todo o sentido, que tivesse havido reuniões antes da elaboração dos Acordos. -----

Pretendeu ainda ser esclarecido, quanto ao critério adotado para atribuição dos valores a cada Junta, pois existe uma diferença tremenda de valores, entre as Juntas de Freguesia da Matriz e S. Bartolomeu, e as Juntas de Freguesia de Rio de Moinhos e Orada. Não entende como é que a Junta de Freguesia de Orada, com as especificidades que tem, sendo uma Junta Rural com dificuldades em várias vertentes, recebe muito menos. Face ao exposto, pretendeu então saber qual o critério de atribuição das verbas e se estes Acordos foram ou não anteriormente discutidos com os respetivos Presidentes de Junta. -----



O Senhor Presidente esclareceu, que os Acordos não foram previamente discutidos com os Presidentes de Junta. O que houve, foi uma comunicação aos mesmos de que o valor a atribuir seria igual ao ano anterior, dado que as atividades previstas de acordo com cada uma das Juntas eram basicamente iguais às anteriores. Face a isto, não houve nenhum critério específico para atribuição do valor a cada Junta de Freguesia. -----

Tendo sido Presidente de Junta, conhece perfeitamente as dificuldades financeiras que as Juntas de Freguesia passam. -----

Acrescentou ainda, que pretende mudar a forma de elaboração dos próximos protocolos. Antes da elaboração dos mesmos, e para que estes sejam feitos da forma mais correta possível, há que saber especificamente quais as necessidades e quais as prioridades de cada junta. -----

O Senhor Vereador Joaquim Serra frisou o facto de conhecer estes protocolos há muitos anos. Contudo a legislação foi sendo alterada e durante os últimos doze anos os Protocolos mantiveram-se, sendo que as únicas alterações que foram feitas foram cortes nas verbas. Disse ter mantido sempre uma postura crítica relativamente à aprovação dos Protocolos com as Juntas de Freguesia. Durante alguns anos absteve-se na sua aprovação, porque o que lhe era transmitido era que os Presidentes de Junta tinham sido ouvidos e concordavam com os Protocolos. Nos últimos anos começou a votar contra porque o que lhe foi dito hoje, pelo atual Presidente, foi que lhe era transmitido pelo anterior Presidente, que dizia que os Protocolos seriam alterados no sentido de os melhorar. Disse que, na sua opinião, o espírito do protocolo não é dar dinheiro às Juntas de Freguesia, mas sim criar condições para que as Juntas de Freguesia, estando mais próximas da população, resolvam problemas dessa população. Por isso é preciso definir claramente quais são as necessidades da população e quais são as áreas em que a Câmara tem mais dificuldades de intervir para poder fazer a delegação de competências.-----

Referindo-se aos Acordos em apreciação disse que foram encontradas algumas áreas, nomeadamente, as que constam na Lei. É referido nos Acordos *“que a delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de*



acentuada escassez financeira". Disse que, tanto a escassez financeira como a falta de recursos, estão neste momento de ambos os lados (câmara e juntas). O que se pretende com estes acordos, e se são acordos pressupõem que as duas partes tenham interesses conjuntos e entre elas dialoguem e cheguem a um consenso, mas para isso tem que haver alguns critérios e os critérios têm que ser objetivos e transparentes. Exemplificou que aqui não pode acontecer o que foi dito pelo Senhor Presidente "...ao longo do ano vai-se vendo onde se pode ajudar mais..." Nos Acordos tem que ficar claro e transparente o que é mais necessário para cada uma das quatro juntas de freguesia. Disse que só com acordos claros e transparentes é que se pode acabar com a "mendicidade" dos Presidentes de Junta junto da Câmara, e esta é uma forma de valorizar as Juntas de Freguesia e para as afirmar junto da população. Para elas se afirmarem não podem ser mendigas da Câmara. Acrescentou que este trabalho deve ser feito antes de se chegar ao Protocolo para se definirem as verbas.-----

Nestes Acordos, à semelhança dos anteriores, falta-lhes o critério, e o critério tem que ser a Câmara a encontrá-lo.-----

Entende que esta questão tem que ser articulada e tem que ser feita uma proposta concreta. Exemplificou referindo que devem ser apresentados valores para cada atividade e tudo mais discriminado, tais como: o valor do metro quadrado da limpeza da via pública; o valor da limpeza dos vidrões; o valor da manutenção de espaços verdes; o valor do metro quadrado de relvado, etc....

O **Senhor Presidente** referiu concordar com o que foi dito pelo vereador Joaquim Serra. Sobre os Acordos em discussão, e por uma questão de necessidade de libertação de verbas para as Juntas, foram elaborados baseados na lei, muito vagos e com os mesmos critérios que vinham sendo feitos. Disse que em novembro, ou dezembro irão ter os Acordos discutidos e avaliados com os presidentes de junta e com os critérios referidos nesta reunião.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador Benjamim Espiguiha**, que disse concordar em pleno com a intervenção do senhor Vereador Joaquim Serra. Acrescentou ter ficado perplexo, ao saber numa conversa informal com o



Presidente de Junta de Orada, que oficialmente, esta documentação só ontem tinha chegado ao seu poder. É uma situação com a qual discorda, uma vez que nesta fase as coisas não podem ser feitas assim. Foram eleitos 4 novos Presidentes de Junta que têm toda a legitimidade para propor e estabelecer novas prioridades. -----

Face a tudo isto, propôs que em primeiro lugar se fizessem as reuniões com os Presidentes de Junta e só depois, se trouxessem os acordos elaborados de acordo com as necessidades dos novos Presidentes de Junta, a uma próxima reunião de Câmara. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador Jerónimo Cavaco, dizendo que não compreende como é que passados cerca de 5 meses da tomada de posse deste novo executivo, se faça exatamente o mesmo que se tem feito em anos anteriores. Os Presidentes de Junta mudaram, mudando certamente as suas prioridades e necessidades. Não compreende como é que se trazem acordos à reunião de Câmara com desconhecimento dos Presidentes de Junta.-----

O Senhor Presidente, disse que toda esta situação teve por base agilizar o processo, de forma a que as Juntas de Freguesia pudessem receber as verbas mais rapidamente. -----

Subscreveu tudo o que fora dito pelos senhores Vereadores, no entanto a situação das freguesias necessita de ser urgentemente resolvida, por isso mantém em discussão a aprovação destes acordos. -----

Informou, que para os próximos acordos, terá que se começar a corrigir algumas situações, definir mais concretamente as áreas de intervenção de cada Junta e reunir-se antecipadamente com os respetivos Presidentes. Havendo consenso de ambas as partes, poder-se-ão então aprovar os novos acordos. Para já, e reafirmando o que dissera, há que resolver a situação das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra o senhor **Vereador Joaquim Serra**, dizendo que o montante máximo de transferências correntes e de capital (até ao montante de 7500€ para as freguesias de Rio de Moinhos e Matriz e até ao montante máximo de 2500€ para as freguesias de Orada e S. Bartolomeu) aparecem discriminadas sem a presença de um critério para a sua atribuição. Os valores não são iguais



aos do ano anterior, questionando o senhor presidente onde é que se baseou para os definir. -----

Em seu entendimento, as transferências de capital são o resultado de conversações entre a Junta de Freguesia e a Câmara, relativamente aos investimentos que a Freguesia ache relevantes fazer, mediante orçamento e disponibilidade financeira da câmara. -----

O **Senhor Presidente** explicou que as transferências de capital até aos 2500 Euros para as freguesias de Orada e S. Bartolomeu, são referentes à colocação de sinalização e à remodelação de alguns locais. -----

Quanto à verba dos 7500 Euros para as freguesias de Matriz e Rio de Moinhos, dizem respeito à substituição de equipamentos no parque infantil e à colocação de uma vedação no parque infantil da Nora. -----

Reconheceu que embora as situações estejam pensadas não está nada por escrito no Acordo.-----

O **Senhor Vereador Joaquim Serra**, referindo-se aos Acordos que estão para aprovação, disse que os mesmos terão que ser repensados baseando-se no seguinte: -----

Artigo 5º (Acordo de execução – Junta de Freguesia de Matriz) – “Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público”-----

- Existe uma mistura entre despesas de investimento e despesas correntes, ou seja, substituir é uma coisa e manter e reparar é outra;-----
- Saber exatamente o mobiliário urbano que lá. Desse mobiliário, saber exatamente qual é para reparar e qual é para substituir.-----

Em todos os Acordos, o artigo que diz respeito à vigência: *“O presente acordo de execução considera-se em vigor a partir da data da sua assinatura por ambas as partes, mantendo-se até ao final do presente mandato da Assembleia Municipal (...)”*-----

Relativamente a este artigo o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva apresentou a seguinte proposta:-----

- Que os Acordos vigorem até final de Junho de 2014, devendo ser solicitado parecer jurídico sobre esta possibilidade;-----



Estes acordos serviriam para que se pudessem resolver a curto prazo o problema das Juntas de Freguesia.-----

Em finais de Junho por parte do órgão executivo, serão apresentados novos Acordos de Execução com as metodologias discutidas nesta reunião.-----

Seguidamente o Senhor Presidente, colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, a sua aprovação. Votaram a favor os Senhor Presidente e os Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Joaquim José Serra Silva. Absteram-se os Senhores vereadores Benjamim António Ferreira Espiguinha e Jerónimo João Pereira Cavaco.-----

O Senhor Presidente referiu que se houver algum impedimento jurídico a esta proposta assume perante todos *“um compromisso que em Junho é apresentado aqui outro protocolo”*-----

PONTO 2.3 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ANO LETIVO 2013/2014) – ADENDA-----

Presente informação técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento n.º.2) informando que após o início do ano letivo 2013/2014, deu entrada mais um requerimento de Ação Social Escolar acompanhado da Declaração de Segurança Social atualizada.-----

Por proposta do Senhor Presidente, deverá ser atribuído o escalão abaixo descrito, considerando os valores aprovados, em reunião de Câmara de 11 de setembro de 2013, para alimentação dos alunos do 1.º. Ciclo.-----

1.º. CICLO DE ESCOLARIDADE

SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO – 1º CICLO

	Alunos com Escalão A	Alunos com Escalão B	Valor
Borba	0	0	00,00 €
Nora	0	0	00,00 €
Rio de Moinhos	0	1	62,50 €
Total	0	1	62,05 €



No **escalão B** será contemplado 1 aluno, pelo período de 85 dias de atividade letiva num total de 62.05 €.

Face ao exposto, os valores totais a considerar no âmbito da Ação Social Escolar para o Ano Letivo 2013/2014 passam a ser os seguintes:

	Aprovado em Reunião de Câmara até 25/09/2013	Aprovado em Reunião de Câmara de 24/10/2013	A aprovar em Reunião de Câmara de 22/01/2014	Total
Subsídio para material escolar - 1º. Ciclo	5.085,00 €	5.145,00 €	0,00 €	5.085,00 €
Subsídio de Alimentação - 1º. Ciclo	21.221,10 €	21.424,04 €	62,05 €	21.486,09 €
Subsídio de Alimentação - Pré-Escolar	5.974,32 €	6.213,76 €	0,00 €	6.213,76 €
Total	32.280,42 €	32.782,80 €	62,05 €	32.844,85 €

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.

PONTO 2.4 – ATIVIDADES DA CÂMARA

O Senhor Presidente informou que, para além das atividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou em diversas reuniões destacando:

- Reunião com a EDC Mármoreis;
 - Reunião com a Comissão Florestal;
 - Diversas reuniões a nível do concelho;
- -----



Quanto ao ponto de situação dos pedidos feitos pelo Vereador Joaquim Serra, informou:-----

- Listagem dos processos judiciais-----
A jurista está a terminar a atualização da listagem pedida. Logo que esteja pronta, será entregue.-----
- Processo relativo à reposição de verbas por parte de uma ex-funcionária da Câmara.-----
Entregou cópia da documentação que a Câmara rececionou por parte do Tribunal de Contas e da Caixa Geral de Aposentações, sobre este assunto. -----

O vereador Joaquim Espanhol, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

Freguesia Matriz: -----

- **Edifícios:** -----
 - Pintura exterior da Torre do Relógio;-----
 - Pintura de salas do Edifício da Sede do Município;-----
 - Limpeza do Lagar nos Paços do Município; -----
- **Arranjos exteriores:** -----
 - Escoramento de vedações no campo de futebol; -----
- **Infraestruturas:** -----
 - Conclusão dos trabalhos de reposicionamento de conduta de água potável na nova escola e execução de caleira;-----
 - Corte de pavimento para colocação de grelhas na Av^a D. Dinis de Melo e Castro;-----



- Colocação de conduta enterrada para a PT em espaço verde na área de influência do Pavilhão Desportivo; -----

• **Diversos:** -----

- limpeza de fossas;-----
- desentupimento de sumidouros em Borba; -----
- serviços habituais de limpeza e recolha de resíduos;-----
- limpeza de folhagens em grelhas;-----
- desmatação e limpeza de árvores pelos Sapadores em diversas zonas do município; -----
- execução de ramais de água com trabalhos de construção civil;-----

O Senhor Vereador Joaquim Serra, pediu a palavra, para:-----

1. Reformular o pedido de acesso às despesas que a Câmara tem com a Loja do Cidadão, já feito numa anterior reunião.-----
2. Lembrar a Câmara, que este ano se comemoram os 40 anos do 25 de Abril, esperando que se prepare um programa diferente, com mais atividades, pois há já alguns anos que isso não acontece. Sugeriu que, talvez através dos Protocolos que se fazem com o Movimento Associativo, se procurasse saber a disponibilidade de se fazer uma atividade alusiva ao 25 de Abril, enquadrada nestas comemorações.-----
3. Informar que foi abordado por um Munícipe acerca de uma situação que se está a passar na zona da Aldeia Nova. -----
Nessa zona, existe uma conduta colocada pela Câmara há cerca de 30 anos atrás, num caminho que era público e que ficava muito perto de uma propriedade. A propriedade mudou de dono e o mesmo procedeu ao seu alargamento, ficando a conduta dentro do terreno. Chamou a atenção do restante executivo, para que se veja do ponto de vista legal, o que contempla o Plano Diretor Municipal, porque há áreas de proteção às condutas. Alertou, para o facto de havendo infraestruturas da câmara, as mesmas terem que ser salvaguardadas e mantidas. -----



O Senhor Vereador Benjamim Espiguinha, referindo-se ainda ao assunto abordado no início da reunião (Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal), acrescentou que teve entretanto informação, de que a Câmara de Borba só não integrou este Gabinete por opção do anterior executivo. -----
Aproveitou para dizer, que também concorda com a sugestão do senhor vereador Joaquim Serra, relativamente às comemorações do 25 de Abril e que as mesmas se poderiam estender às freguesias. -----
Terminou esta sua intervenção, chamando a atenção do senhor Presidente para o excesso de iluminação no Centro Escolar.-----

O Senhor Presidente, informou que em relação às despesas com a Loja do Cidadão, foi de facto um esquecimento da sua parte, mas no início da próxima semana, fará chegar essa informação. -----
Quanto às comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, disse já estarem previstas algumas atividades e já existe pessoal a trabalhar nesse sentido. Será oportunamente apresentado um pré programa onde espera poder contar com as sugestões de todos para a sua finalização.-----
Terminou a sua intervenção, dizendo que já está a ser tratada, através da central, a situação da iluminação da Escola.-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----



-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas doze horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata, composta por catorze páginas, que por ele vai ser assinada, e por mim, Maria Alexandra Pereira Abelho Cordeiro, Assistente Técnica, que a redigi.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica
